

“FRAUDE DEMOCRÁTICA” NO ORÇAMENTO DO ESTADO



Durante o jantar de Natal do grupo parlamentar do PSD, dia 18 de dezembro, Rui Rio acusou o Governo de “fraude democrática” na proposta orçamental para 2020, porque o Executivo apresentou contas que não batem certo, e deu o exemplo de duas tabelas sobre despesa com uma diferença de 590 milhões de euros



pág. 6

PARLAMENTO

“SUSPEITA DE INTERFERÊNCIA POLÍTICA” NA RTP MANCHA A IMAGEM DO GOVERNO

O PSD levou a debate, dia 19, no Parlamento, a situação na RTP e os negócios do lítio de Montalegre denunciados pelo “Sexta às 9”, com Paulo Rios de Oliveira a lembrar que RTP está obrigada a deveres de isenção e independência

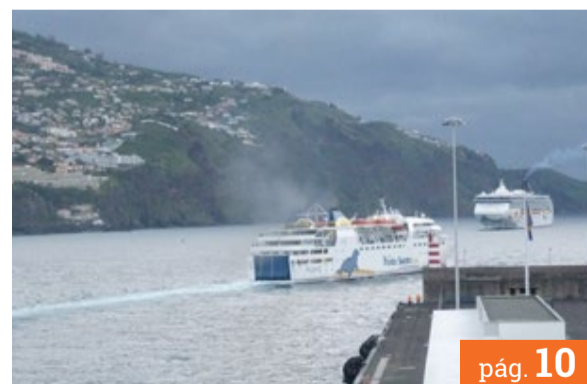


pág. 8

LOCAIS

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO APROVA ORÇAMENTO PARA 2020

A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António vai ter um orçamento de 35 milhões de euros em 2020, após a Assembleia Municipal ter aprovado, dia 17, a proposta do executivo presidido por Conceição Cabrita



pág. 10

REGIONAIS

GOVERNO FALHA PROMESSA DE APOIO À LIGAÇÃO MARÍTIMA DE PASSAGEIROS

O vice-presidente do Governo da Madeira, Pedro Calado, acusa o Executivo nacional de não cumprir nenhuma das promessas de apoio à ligação marítima de passageiros com o continente, vincando que a mesma só avançou “à custa” do orçamento regional



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

MAU TEMPO E MÁS DECISÕES

Diz, sensatamente, o dito que *"mais vale prevenir do que remediar"*. O Inverno ainda nem sequer começou, mas metade do País já se encontra em estado de calamidade por causa de duas tempestades que atingiram o território continental. Evacuação de populações, animais e pertences, diques que colapsaram, linhas de comboios cortadas, ligações fluviais suspensas, condicionamentos diversos na circulação rodoviária, barras encerradas, interrupção do fornecimento de energia e de água, deslizamento de terras e, mais grave do que tudo isto, a perda de duas vidas humanas e o desaparecimento de uma pessoa.

É verdade que em determinadas regiões de Portugal choveu mais em 24 horas do que durante todo o Inverno passado ou até durante todo o ano, mas o que a tempestade *Elsa* e *Fabien* vieram mostrar é a nossa completa incapacidade no planeamento e ordenamento do território. Mostram, igual e infelizmente, um Governo que teima em agir no calor do momento e ao sabor dos acontecimentos.

Tal como aconteceu com os fatídicos fogos florestais de 2017, a Proteção Civil voltou a falhar. Mais de 8.500 ocorrências e a Proteção Civil nem sequer enviou um SMS de alerta às populações em risco! A imprensa revela que o envio de mensagens eletrónicas está *"dependente do voluntarismo dos funcionários do call center da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)"*. Como é que disse? Não percebi.

Parece que não há meios financeiros para assegurar o pleno funcionamento de um sistema de alertas de emergência, mas não deixou de haver centenas de milhares de euros para a compra de golas antifumo para o programa "Aldeia Segura". São demasiadas ironias para um País que tem um Governo que, perante cenários de crise, age de forma anedótica e comunica de forma ridícula.

É bem possível que António Costa esteja agora a preparar na tradicional Mensagem de Natal a declaração bombástica de que, agora sim, é que vai ser. Que desta vez é que o Governo vai trabalhar para prevenir o fenómeno das cheias. O ministro da Administração Interna, outrora especialista em retirar microfones a deputados no Parlamento, até já avançou com as primeiras linhas do argumentário. Eduardo Cabrita considera que *"fundamental é que se mantenham os comportamentos preventivos que evitem riscos"*. Eis a forma como este Governo previne. Não agiliza os alertas, mas tem fé que as populações voem ou nadem para contornar as cheias que isolaram as suas casas e estabelecimentos comerciais.

É claro que não podemos responsabilizar o Governo pelos fenómenos naturais, nem pelo corte de troços de linhas de comboio, mas assiste-nos o direito de questionar, por exemplo, os motivos que levaram o anterior Executivo socialista de meter na gaveta, em 2016, o projeto ferroviário que teria evitado a inundação da linha do Norte, na zona de Alfarelos-Pampilhosa. António Costa, Pedro Nuno Santos e Pedro Marques estarão certamente em condições de esclarecer as razões do cancelamento deste investimento.

Portugal não pode ficar privado da principal via de tráfego ferroviário por causa da subida do nível das águas da bacia do Mondego. Afinal, a ferrovia é a aposta. Sim, mas lá para 2030. Portugal tem o Governo do salve-se quem puder, que permanece inundado nas suas próprias contradições.

Rui Rio acusa

"FRAUDE DE NO ORÇAME



Rui Rio acusa o Governo de "fraude democrática" na proposta orçamental para 2020, porque o Executivo apresentou contas que não batem certo, e deu o exemplo de duas tabelas sobre despesa com uma diferença de 590 milhões de euros.

Durante o jantar de Natal do grupo parlamentar do PSD, quarta-feira, 18 de dezembro de 2019, o líder social-democrata explicou que em causa estão dois valores distintos inscritos em dois quadros da proposta de orçamento entregue na segunda-feira, onde se "evaporam" 590 milhões de euros. "Isto que está aqui é obviamente uma fraude democrática, significa que o Parlamento vai votar mapas de despesa que depois, de forma arbitrária, provavelmente não vai ser executada. É arbitrária, porque é o ministro das Finanças que vai dizer em que circunstância os 590 milhões de euros não vão ser executados", declarou, exigindo garantias de que existe "um orçamento real e não fictício".

Rui Rio considera que a "fraude democrática" ocorrerá também se o Governo cumprir o que está inscrito, porque, nesse caso, a disparidade de números irá pôr em causa o propalado saldo positivo nas contas do próximo ano, pelo que não haverá "superávite nenhum", mas "um pequeno défice". "Ou aquilo que vai ser aprovado pela Assembleia da República vai ser executado e as contas não vão ter superávite, mas um pequeno défice, ou então há parte da despesa que, desde já e à partida, não vai ser executada para lá de outras cativações que o ministro das Finanças entenda fazer", apontou.

A discrepância acontece entre os quadros 3.4, da página 62 do relatório do Orçamento, e o quadro 6.1, da página 247, detalhou, acrescentando que se "eva-

“DEMOCRÁTICA” ORÇAMENTO DO ESTADO



“Não identifico no Orçamento do Estado e no discurso político envolvente uma linha de rumo estratégica. Este orçamento visa exatamente o quê? O que noto é um conjunto de medidas desgarradas”, caracterizou.

Sobre a carga fiscal em concreto, Rui Rio reiterou não ter dúvidas de que há um “aumento e não uma diminuição”: “Se o superavit que o Governo apresenta representa 0,2% do Produto Interno Bruto [PIB] e a carga fiscal aumenta na versão B [após correções] 0,2% do PIB, significa que o histórico superavit é conseguido porque o Governo aumentou os impostos para conseguir isto”, afirmou.

Ao final da tarde de quarta-feira, após uma audiência com o Presidente da República, Rui Rio comentou o mecanismo de delação premiada, questão que exige “muito cuidado” e “habilidade” ao legislar. “Eu não fecho a porta, mas não quero criar novos problemas à sociedade, com a condenação de inocentes, com uma negociação quase das penas antes de chegar ao juiz. É preciso ter, muito, muito, muito cuidado, porque presta-se facilmente a medidas populistas, e isso eu não quero”, declarou.

Na deslocação ao Palácio de Belém, o Presidente do PSD esteve acompanhado por David Justino, vice-Presidente, Isabel Meirelles, vice-Presidente, José Silvano, Secretário-geral, e Paulo Mota Pinto, Presidente da Mesa do Congresso.

Ministro das Finanças tenta “confundir a opinião pública”

Rui Rio acusa o ministro das Finanças de tentar “confundir a opinião pública”. Em declarações no Parlamento, esta sexta-feira, o Presidente do PSD reitera que existem discrepâncias “indesmentíveis” no relatório do Orçamento do Estado para 2020, pelo que Mário Centeno tem de explicar a diferença de 590 milhões de euros que “simplesmente desaparece sem qualquer explicação” de um quadro para o outro no relatório do Orçamento. “Bateu

poram 590 milhões de euros, ou seja, há dois saldos em contabilidade pública consoante os objetivos que o quadro pretende demonstrar”.

No primeiro quadro, é incluída uma nota na qual se refere que o saldo da administração central em contabilidade nacional “parte dos limites máximos de despesa fixados em contabilidade pública para se obter uma estimativa que inclui um diferencial de 590 milhões de euros”.

Perante os deputados, o também líder parlamentar do PSD fez uma apreciação globalmente negativa do documento. “O PSD não dá apoio ou desapoio ao Orçamento do Estado da mesma forma que fazem os outros partidos, com base em mais 100 milhões de euros para aqui ou para ali”, justificou.

O Presidente do PSD destacou quais serão os critérios na base das quais os deputados social-democratas decidirão o sentido de voto: se o documento traz uma redução da carga fiscal, se contém incentivos à poupança, se há investimento público, qual o nível de apoios às pequenas e médias empresas, as dotações suficientes para os serviços públicos, bem como se cumpre os objetivos de défice estrutural e da evolução da despesa pública.



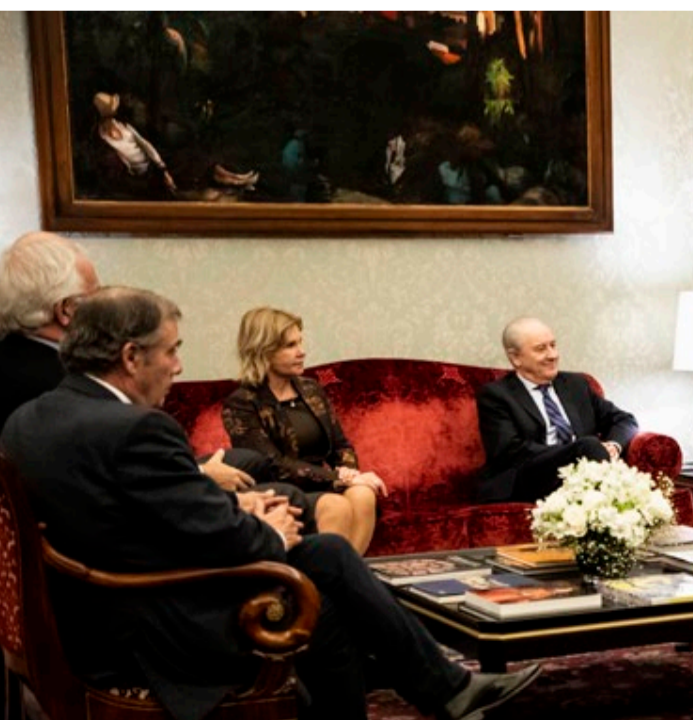


sempre certo, só nos últimos dois anos foi feito aquilo que agora está a ser repetido: o saldo em contabilidade pública não é igual de um quadro para o outro, é tão mau que até parece uma gralha. (...) Aquilo que eu disse objetivamente mantém-se: ou esse dinheiro vai ser aprovado pela Assembleia, mas está automaticamente cativado e não vai ser gasto ou, se vai ser gasto, não vai haver superávit e vai haver pequeno défice”, disse.

Comentando as declarações recentes de Mário Centeno, Rui Rio declarou “não querer baixar o nível da forma como o ministro das Finanças baixou”. “Ele fez-se desentendido, tentou confundir a opinião pública, falando na passagem do saldo de contabilidade pública para contabilidade nacional. Não é isso que está em causa. Eu falo sobre um valor que se evapora, que desaparece de um quadro para outro. (...) Isto é absolutamente indesmentível e não preciso de recorrer a deselegâncias como as que o senhor ministro recorreu”, acrescentou.

Interrogado se esta discrepância que aponta no documento levará o PSD a votar contra a proposta, Rui Rio lembrou que o relatório não é votado, e reiterou que o sentido de voto do PSD terá de ser determinado de forma mais abrangente.

Durante esta reação, o PSD distribuiu uma comparação entre os dois quadros relativos à contabilidade pública a que Rui Rio se referia em todos os Orçamentos do Estado desde 2005, segundo o qual os valores sempre foram idênticos até à proposta orçamental de 2018, inclusive.



SALDOS EM CONTABILIDADE PÚBLICA

	Saldo Conta das AP	Saldo Passagem	Diferença
2005	-3 718	-3 718	0
pág. 38		163	
2006	-7 741	-7 741	0
pág. 65		232	
2007	-6 171	-6 171	0
pág. 91		235	
2008	-4 606	-4 606	0
pág. 102		276	
2009	-3 743	-3 743	0
pág. 124		348	
2010	-13 414	-13 414	0
pág. 120		356	
2011	-9 132	n.d.	n.d.
pág. 97		n.d.	
2012	-6 822	-6 822	0
pág. 56		231	
2013	-7 185	-7 184	-1
pág. 91		92	
2014	-7 430	-7 430	0
pág. 91		92	
2015	-5 093	-5 093	0
pág. 190		103	
2016	-5 435	-5 435	0
pág. 180		93	
2017	-4 761	-4 761	0
pág. 228		47	
2018	-3 353	-3 353	0
pág. 197		33	
2019	-2 193	-1 603	-590
pág. 215			
2020	-2 010	-1 420	-590
pág. 247		63	

Em Entrevista ao jornal Expresso, o ministro das Finanças, referindo-se à discrepância entre o saldo orçamental em contabilidade pública, tal como ele figura na Conta das Administrações Públicas (pág. 247 do ROE 2020) e na tabela de passagem da contabilidade pública à contabilidade nacional (pág. 63), afirma que tal «sempre foi feito», em «dezenas de anos de orçamentos do estado». A afirmação é falsa. No quadro ao lado, passam-se em revista os relatórios do orçamento do estado dos últimos 16 anos. Comparam-se os saldos inscritos nas contas das AP (Administrações Públicas) e os saldos nas tabelas de passagem, com indicação, na linha em baixo, das págs. dos ROE em que os respetivos valores, para todos os anos desde 2005, se encontram. Como é fácil de ver, a primeira vez que a discrepância aparece é em 2019, repetindo-se no OE 2020. Nenhuma explicação é dada de tal prática.

PRESIDENTE DO PSD RECEBEU O EMBAIXADOR DA ALEMANHA

O Presidente do PSD recebeu na quinta-feira, dia 19 de novembro de 2019, o Embaixador da República Federal da Alemanha, na sede nacional do PSD. Martin Ney pediu esta audiência para se apresentar como o novo representante diplomático da Alemanha em Lisboa.



PSD DEVOLVE 500 MIL EUROS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em comunicado, o PSD informou que pagou à Assembleia da República, no dia 29 de novembro de 2019, uma verba de 500 mil euros referentes a uma subvenção recebida em excesso no âmbito das eleições autárquicas de 2013.

Apesar do “erro” ter sido identificado há vários anos, o PSD ainda não tinha devolvido a referida verba. Tal só foi possível em resultado da gestão controlada das contas do Partido que nos últimos dois anos estabilizaram os recursos financeiros disponíveis do PSD.

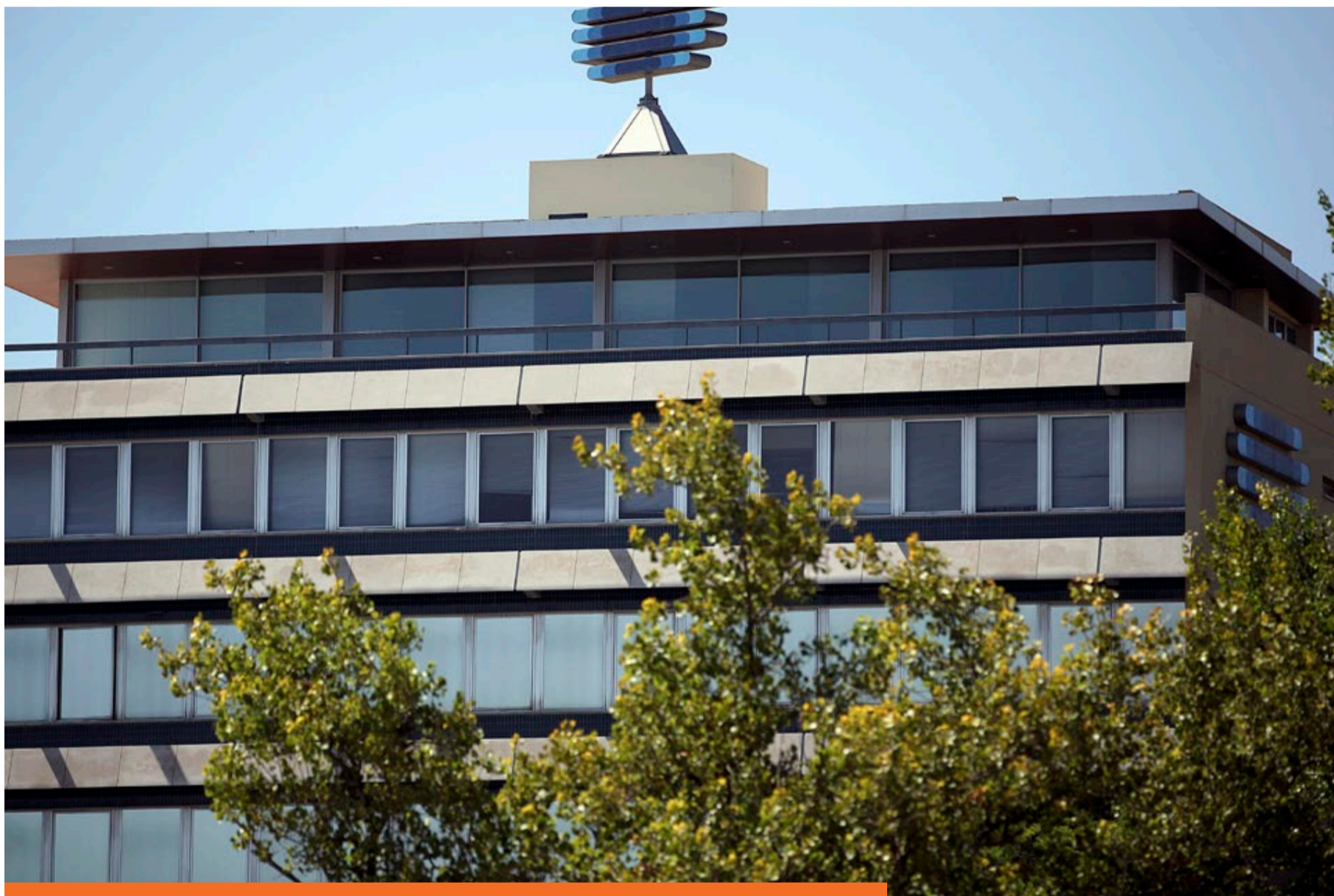
Existe ainda uma verba remanescente que o PSD irá liquidar, logo que realizado o acerto das contas dessa subvenção recebida em excesso, e que propôs já que fosse deduzida mensalmente e diretamente na subvenção estatal que recebe da Assembleia da República.

O PSD continua alinhado na redução do seu passivo financeiro, no cumprimento das suas obrigações e, em especial, neste caso, na devolução voluntária de montantes que pertencem aos contribuintes e que foram então recebidos em excesso.



Paulo Rios de Oliveira

“SUSPEITA DE INTERFERÊNCIA POLÍTICA” NA RTP MANCHA A IMAGEM DO GOVERNO



O PSD levou a debate na quinta-feira, 19 de dezembro, no Parlamento, a situação na RTP e os negócios do lítio de Montalegre denunciados pelo “Sexta às 9”. Paulo Rios de Oliveira, deputado do PSD, começou por contextualizar o caso que provocou o cancelamento da reportagem para não prejudicar o PS e o anterior Governo. “Este programa nunca tinha sido suspenso em momento pré eleitoral; era sabido, pela Direção de Informação, que o tema era o “Escândalo do Lítio em Montalegre”; a primeira emissão pós-férias do programa retomava dois casos graves de alegado favorecimento indevido em negócios, com ação ou omissão do governo, já com intervenção do Ministério Público e que estava a provocar flagrante embaraço ao PS e ao Governo; o programa estava pronto para ser editado e exibido em setembro; estávamos a poucos dias das eleições legislativas; e, por último, o programa foi inopinadamente retomado imediatamente após o ato eleitoral”, sintetizou.

Para Paulo Rios de Oliveira, o “Governo, que tão intrusivo esteve nestes episódios, desaparece de cena e quem tem a respetiva tutela e deveria reagir, a ministra da Cultura, remete-se a um silêncio que não ajuda, não resolve nem tranquiliza ninguém”. E a polémica, sublinhou o deputado, traduziu-se no silenciamento da coordenadora do programa e na “suspeita de frete ao Governo e ao PS” com o cancelamento de uma reportagem e que traria “dano” aos socialistas em vésperas das legislativas.

Paulo Rios de Oliveira lembra que RTP está obrigada a deveres de isenção e independência que podem ter sido postos em causa, e o País não pode “conviver com a suspeita de interferência política ilegítima na comunicação social, muito menos na estação pública de rádio e televisão”. “E quando falamos especificamente de jornalismo e informação livre e isenta, quem passa o cheque não pode mandar e, no caso da RTP, quem passa o cheque é o Governo e quem paga são os portugueses. Mas a RTP não é do Governo”, insistiu.

O deputado entende que estes acontecimentos “são graves e injustos”. Graves, porque provocam “reconhecidos e relevantes danos reputacionais” à estação pública; e injustos, porque fragilizam e descredibilizam “os 1600 trabalhadores, em especial os jornalistas da RTP, que ‘vestem a camisola do Serviço Público’ todos os dias”.

Paulo Rios de Oliveira diz que o PSD estará atento, “de forma responsável”, “às escolhas, às pessoas e aos critérios de cumprimento livre e isento do serviço público da RTP”, porque a democracia “também depende disso”.

PSD QUESTIONA MINISTRA DA SAÚDE POR FALTA DE MAMÓGRAFO NO HOSPITAL DE CHAVES



Numa pergunta dirigida à ministra da Saúde, esta quarta-feira, os deputados do PSD manifestam preocupação com a falta de equipamentos que impedem, há 22 meses, a realização de mamografias no Hospital de Chaves. Recorde-se que já, em 30 de abril de 2018, o PSD interpelou o Governo por este mesmo motivo.

Os deputados social-democratas recordam que o mamógrafo da Unidade de Chaves do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E. (CHTMAD) avariou em fevereiro de 2018 e, desde essa altura, as utentes da região não conseguem este exame tão determinante no diagnóstico precoce do cancro da mama. "Até à data nem houve modernização nem melhoria dos cuidados prestados, pois não houve aquisição de novo mamógrafo e foi perdida mais uma valência nesta Unidade. Deste modo, a proximidade e humanização dos serviços encontra-se cada vez mais distante das localidades de baixa densidade territorial e, mais uma vez, aumentam-se as desigualdades de acesso ao Serviço Nacional de Saúde", denunciam os deputados.

Para o PSD, as mulheres dos concelhos de Chaves, Montalegre, Boticas, Valpaços e algumas localidades do concelho de Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena que integram a área de abrangência desta Unidade são, por isso, obrigadas a deslocarem-se até à unidade de Vila Real do CHTMAD para realizar este exame.

As perguntas dos deputados do PSD

- › **Está concluída a avaliação económica para a aquisição de novo mamógrafo?**
- › **Prevê-se a aquisição de novo mamógrafo ou irá manter-se esta situação?**
- › **É esta a política de desinvestimento que pretendem manter na Unidade de Chaves?**
- › **Dado que para se realizar mamografias os doentes da área de abrangência da Unidade de Chaves tem de se deslocar até Vila Real, gostaríamos de saber os custos associados aos transportes dos doentes desde fevereiro de 2018 até à data?**



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO APROVA ORÇAMENTO PARA 2020



A Câmara Municipal de Vila Real de Santo António vai ter um orçamento de 35 milhões de euros em 2020, após a Assembleia Municipal ter aprovado, dia 17, a proposta do executivo presidido por Conceição Cabrita, anunciou a autarquia.

O orçamento tem como principal preocupação o “equilíbrio e recuperação da dívida municipal” da autarquia, mantendo o “caminho traçado nos últimos anos” e “assentando o foco na sustentabilidade financeira do município”, considerou a autarquia num comunicado. “A proposta representa um decréscimo de 4,2 milhões de euros comparativamente a 2019, cerca de 10%. Decorrente das medidas aplicadas, prevê-se que o orçamento de 2020 volte a gerar uma poupança corrente (Receita Corrente - Despesa Corrente) de cerca de quatro milhões de euros”, destacou a câmara do distrito de Faro, que viu o documento aprovado com os votos a favor da maioria absoluta do PSD.

O objetivo deste procedimento é, acrescentou a autarquia, “assegurar a estabilidade estrutural das contas do município, reduzindo o prazo médio de pagamentos e libertando fundos próprios para liquidação da dívida”.

Está também prevista “uma redução (em relação a 2019) de aproximadamente 30% no peso das despesas com a aquisição de bens e serviços e despesa corrente”, referiu ainda o município.

“Um ano mais, este é um orçamento com um caráter extremamente realista, o qual se encontra fiscalizado e supervisionado por diversas entidades, nomeadamente o Fundo de Apoio Municipal (FAM), o qual deu parecer positivo ao documento, confirmando o rigor e a estratégia de consolidação e recuperação das contas municipais”, afirmou a presidente da câmara algarvia, Conceição Cabrita.

A câmara quer assim “saldar os compromissos já assumidos” através de uma “maximização da receita” e “diminuição da despesa” para “recuperar a credibilidade da Câmara Municipal”.

“O orçamento para o próximo ano continua a conciliar a necessidade da realização de algum investimento com o esforço suplementar de redução da dívida. Apesar disso, iremos manter o foco nas funções sociais, saúde, educação, habitação e ação social, bem como no desenvolvimento económico”, afirmou ainda Conceição Cabrita.

A rubrica de “Funções Sociais e Económicas (tais como a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação e outras) corresponde, em termos absolutos, a 4,2 milhões de euros” do valor total do orçamento para 2020, ano no qual a Câmara quer também “prosseguir a obra de ampliação do cemitério” e “avançar com a II fase da requalificação do mercado municipal” da sede de concelho e “concluir a requalificação da frente marítima de Monte Gordo”.

COLIGAÇÃO “É TEMPO DE MUDAR VINHAIS” ORGANIZOU MAIS UM JANTAR SOLIDÁRIO



No passado dia 23 de novembro de 2019, a coligação “É Tempo de Mudar”, que congrega o PSD e o CDS-PP de Vinhais, organizou mais um jantar de solidário de Natal. Este evento, que vai na terceira edição, teve uma participação massiva e entusiástica por parte dos vinhaenses, contando com cerca de seis centenas de pessoas, um recorde de participação, que tornaram pequeno o pavilhão gimnodesportivo da Escola Secundária de Vinhais e transformaram este jantar no maior evento político de Natal de toda a região. O repto lançado foi “Vamos ajudar quem mais precisa!”. Os bens alimentares recolhidos foram distribuídos pelos autarcas e outros representantes das Freguesias presentes, tendo como destinatários as famílias do concelho de Vinhais com menos recursos financeiros ou em situação social mais vulnerável, pretendendo-se assim proporcionar a quem mais necessita uma noite de consoada condigna.

Estiveram presentes neste jantar solidário autarcas amigos: o Presidente da Câmara Municipal de Monção, António Barbosa, o Presidente da Câmara Municipal da Trofa, Sérgio Humberto, o Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Hernâni Dias, o Presidente da Câmara Municipal de Vimioso e Presidente da Comissão Política Distrital de Bragança, Jorge Fidalgo, bem como os dois deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Bragança, Adão Silva e Isabel Lopes.

Carlos Almendra, primeiro vereador da Coligação na Câmara Municipal de Vinhais, num discurso emocionado, agradeceu em nome da coligação a todos os presentes esta iniciativa em defesa das pessoas e das famílias mais carenciadas, tornando assim este Concelho mais coeso e solidário, aproveitando para apelar à continuidade do espírito de unidade e lealdade entre todos os eleitos da Coligação para podermos almejar dar um novo futuro e uma nova estratégia de desenvolvimento á nossa Terra. Terminou desejando a todos os Vinhaenses um Santo e Feliz Natal.

Por último, foram feitas duas justas homenagens a duas pessoas que muito contribuíram para o sucesso do Projeto promovido pelas juntas de Freguesia da coligação – Médico na sua Freguesia – o médico António Manuel Oliveira e o ex-Presidente de Junta de Vale das Fontes, Carlos Caseiro.

O jantar foi animado pelo cantor popular vinhaense, Zé Ferreira e o serviço de “catering” ficou a cargo de Gabriel Fernandes, tendo ambos contribuído para o enorme sucesso deste evento.



GOVERNO FALHA PROMESSA DE APOIO À LIGAÇÃO MARÍTIMA DE PASSAGEIROS

O vice-presidente do Governo da Madeira, Pedro Calado, acusa o Executivo de Lisboa de não cumprir nenhuma das promessas de apoio à ligação marítima de passageiros com o continente, vincando que a mesma só avançou “à custa” do orçamento regional. “Assistimos ao longo destes anos a um vai e vem sucessivo de promessas que não foram cumpridas por parte do Governo da República”, afirmou Pedro Calado, em audição na Comissão de Economia, Finanças e Turismo da Assembleia Legislativa, no Funchal, realçando que a linha de ‘ferry’ entre a Madeira e o continente foi inteiramente custeada pela região.

O executivo regional estabeleceu um contrato com a Empresa de Navegação Madeirense, de nove milhões de euros – três milhões por ano – para vigorar entre 2018 e 2020, assegurando a ligação marítima apenas nos meses de verão.

“Aquilo que o Governo, neste momento, pretende é única e simplesmente uma coisa: é que o Governo da República, apoiado pelo PS/Madeira, cumpra aquilo que prometeu a todos os madeirenses e porto-santenses”, afirmou Pedro Calado.

O governante indicou várias promessas de apoio à mobilidade marítima feitas pelo executivo nacional, liderado pelo socialista António Costa, que nunca foram concretizadas, nomeadamente a publicação de uma portaria sobre o regime de subsídios.

“Se houve alguém que cumpriu as promessas foi o Governo Regional”, venceu, indicando, por outro lado, que ainda não está decidida a inscrição dos três milhões de euros referentes ao último ano do contrato com a Empresa de Navegação Madeirense.

Pedro Calado disse que, na carta enviada ao executivo regional, a empresa refere que “pretende” colocar termo ao contrato, o que deixa em aberto a possibilidade de uma renegociação.



PSD/AÇORES “PREOCUPADO” COM PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE A CONTA DA REGIÃO DE 2018

O PSD/Açores está “deveras preocupado” com o parecer do Tribunal de Contas (TdC) sobre a Conta da Região de 2018, alegando que tem vindo a denunciar há vários anos para a falta de fiabilidade do plano de investimentos. “Para além da sua relevância financeira, a matéria é politicamente muito grave, pois retira qualquer credibilidade ao Plano de Investimentos. Na verdade, o Governo Regional faz falsas promessas de investimentos aos açorianos, já que se trata simplesmente de despesas necessárias ao normal e corrente funcionamento da administração pública regional”, afirmou, em comunicado de imprensa, o deputado regional social-democrata António Vasco Viveiros.

O parlamentar do PSD referia-se ao alerta do Tribunal de Contas para o facto de existir “um conjunto significativo de despesas do Plano de Investimentos que são, na verdade, despesas correntes e que representaram em 2018 cerca de 20% do total das despesas do plano”.

O presidente do Tribunal de Contas disse, na quarta-feira, que a dívida dos Açores cresceu 5,6% em 2018, para cerca de 1,9 mil milhões de euros, manifestando “reservas” sobre a Conta da Região, apesar de alguns progressos. A dívida dos Açores representa 45% do Produto Interno Bruto (PIB) da região.

Para o PSD/Açores, o “incumprimento” dos limites de endividamento aprovados em sede de Orçamento “é grave e tem como consequência um aumento muito superior ao previsto”, representando “menorização e desrespeito pela legitimidade da Assembleia Legislativa”. “Essa falta de credibilidade, quer do Plano quer do Orçamento, não sendo o único, são um dos motivos pelos quais o PSD/Açores tem votado sucessivamente contra aqueles documentos, porquanto não compactuamos com processos que pouco contribuem para a indispensável democracia financeira, e que enganam os açorianos”, salientou António Vasco Viveiros.

O deputado social-democrata considerou que o parecer do Tribunal de Contas demonstra ainda “a forte dependência do Orçamento da Região quer de transferências do exterior, quer de empréstimos bancários”. “Esta radiografia da situação financeira da Região em 2018 reflete o agravamento contínuo, com o crescimento sucessivo das responsabilidades financeiras, quer da administração direta e empresas do perímetro orçamental, quer fora do perímetro e parcerias público privadas, as quais, no seu conjunto, no final de 2018 ultrapassavam já os 3 mil milhões de euros”, criticou.

Para António Vasco Viveiros, “o futuro das contas certas não pode ser continuamente adiado, é uma exigência no presente, pela solidariedade entre gerações”.



POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povollivre@psd.pt

O Estado da Nação



Portugal voltou
a acreditar e está
no caminho certo

ases da Educação
os no Parlamento

Página 7

Luís Arnaut
gião do Douro

Página 11

orais Sarmento
e a Lei da Televisão

Página 18

Edição n.º 1329 do "Povo Livre" | de 9 de julho de 2003

"O Estado da Nação: Portugal voltou a acreditar e está no caminho certo". No dia 3 de julho de 2003, decorria na Assembleia da República o habitual debate sobre o Estado da Nação, que marcava o termo da sessão legislativa.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00
 Para: Fax: 21 3973168
 email: convocatorias@psd.pt

**CONVOCATÓRIAS DA JSD****RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00
 email: teresa.santos@jsd.pt

**SECÇÕES****LEIRIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 9 de janeiro (quinta-feira) de 2020, pelas 21H30, no Auditório da Freguesia, sita Largo da Escola, nº4, Santa Catarina da Serra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação das contas do ano 2019, conforme alínea d) do nº 2 do art.º 53º dos Estatutos;
3. Outros assuntos.

SESIMBRA

Nos termos dos Estatutos, convoca-se os Militantes da Secção de Sesimbra, para reunirem em Assembleia de Secção no dia 8 de janeiro (quarta-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede, sita Rua da República nº 20 – 1º Esq – Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Situação política local e nacional;
3. Plano de Atividades e Orçamento para 2020.

ELEIÇÃO DOS DELEGADOS TSD BRAGA AO XXXVIII CONGRESSO DO PSD**CONVOCATÓRIA**

Nos termos estatutários e correspondentes regulamentos eleitorais, convocam-se os militantes inscritos nos TSD e simultaneamente militantes do Partido, no Distrito de Braga, para a **eleição dos 2 Delegados** ao XXXVIII Congresso do Partido Social Democrata (PSD).

A eleição terá lugar no dia **17 de Janeiro**, no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, **entre as 18h00 e as 20h00**, período em que as urnas estarão abertas para cumprir a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único – Eleição dos Delegados dos TSD Braga ao XXXVIII Congresso do PSD

A(s) lista(s) completa(s) deve(m) ser entregue(s) até às 19h30 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral no Largo Senhora-a-Branca nº116 na cidade de Braga, ao cuidado da Mesa da Assembleia Distrital de Braga dos TSD.

O “Povo Livre” deseja a todos os militantes Boas Festas!

Estaremos de volta no dia 2 de janeiro de 2020.



BOAS FESTAS



RATEIO DELEGADOS E OBSERVADORES 38º CONGRESSO PSD

AVEIRO	DELEGADOS	OBSERVADORES
Águeda	2	2
Albergaria-a-Velha	2	2
Anadia	6	5
Arouca	3	2
Aveiro	7	6
Castelo de Paiva	2	2
Espinho	4	3
Estarreja	2	2
Ílhavo	2	2
Mealhada	2	2
Murtosa	2	1
Oliveira de Azeméis	4	3
Oliveira do Bairro	3	3
Ovar	6	5
Santa Maria da Feira	10	8
São João da Madeira	4	4
Sever do Vouga	2	2
Vagos	4	3
Vale de Cambra	2	2

BEJA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Aljustrel	0	1
Almodôvar	1	1
Alvito	0	1
Barrancos	0	1
Beja	2	2
Castro Verde	0	1
Cuba	0	1
Ferreira do Alentejo	0	1
Mértola	0	1
Moura	1	1
Odemira	1	1
Ourique	2	2
Serpa	0	1
Vidigueira	0	1

BRAGA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Amares	3	3
Barcelos	16	13
Braga	8	7
Cabeceiras de Basto	2	2
Celorico de Basto	4	4
Esposende	2	2
Fafe	2	2
Guimarães	5	4
Póvoa de Lanhoso	3	3
Terras de Bouro	1	1
Vieira do Minho	2	2
Vila Nova de Famalicão	14	11
Vila Verde	12	10
Vizela	1	1

BRAGANÇA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Alfândega da Fé	1	1
Bragança	5	5
Carrazeda de Ansiães	1	1
Freixo de Espada à Cinta	1	1
Macedo de Cavaleiros	2	2
Miranda do Douro	1	1
Mirandela	2	2
Mogadouro	2	2
Torre de Moncorvo	1	1
Vila Flor	2	1
Vimioso	2	2
Vinhais	2	2

CASTELO BRANCO	DELEGADOS	OBSERVADORES
Belmonte	0	1
Castelo Branco	3	3
Covilhã	2	2
Fundão	2	2
Idanha-a-Nova	1	1
Oleiros	2	2
Penamacor	1	1
Proença-a-Nova	1	1
Sertã	2	2
Vila de Rei	2	2
Vila Velha de Ródão	0	1

COIMBRA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Arganil	2	2
Cantanhede	2	2
Coimbra	8	7
Condeixa-a-Nova	1	1
Figueira da Foz	3	3
Góis	1	1
Lousã	1	1
Mira	2	2
Miranda do Corvo	2	2
Montemor-o-Velho	2	2
Oliveira do Hospital	2	2
Pampilhosa da Serra	2	2
Penacova	2	2
Penela	1	1
Soure	1	1
Tábua	1	1
Vila Nova de Poiares	2	2

ÉVORA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Alandroal	0	1
Arraiolos	1	1
Borba	0	1
Estremoz	1	1
Évora	3	2
Montemor-o-Novo	1	1
Mora	0	1
Mourão	1	1
Portel	0	1
Redondo	1	1

RATEIO DELEGADOS

Reguengos de Monsaraz	1	1
Vendas Novas	2	2
Viana do Alentejo	0	1
Vila Viçosa	1	1

FARO	DELEGADOS	OBSERVADORES
Albufeira	2	2
Alcoutim	0	1
Aljezur	0	1
Castro Marim	1	1
Faro	4	3
Lagoa	2	1
Lagos	2	2
Loulé	4	4
Monchique	1	1
Olhão	2	2
Portimão	2	2
São Brás de Alportel	2	1
Silves	0	1
Tavira	1	1
Vila do Bispo	0	1
Vila Real Santo António	2	2

GUARDA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Aguiar da Beira	2	2
Almeida	2	1
Celorico da Beira	2	2
Figueira Castelo Rodrigo	2	2
Fornos de Algodres	2	1
Gouveia	2	2
Guarda	4	4
Manteigas	1	1
Meda	2	2
Pinhel	3	2
Sabugal	2	2
Seia	3	2
Trancoso	2	2
Vila Nova de Foz Côa	2	2

LEIRIA	DELEGADOS	OBSERVADORES
Alcobaça	2	2
Alvaiázere	2	2
Ansião	3	3
Batalha	1	1
Bombarral	3	2
Caldas da Rainha	7	6
Castanheira de Pêra	1	1
Figueiró dos Vinhos	1	1
Leiria	5	4
Marinha Grande	1	1
Nazaré	1	1
Óbidos	1	1
Pedrógão Grande	1	1
Peniche	2	1
Pombal	3	3
Porto de Mós	2	1

LISBOA AM	DELEGADOS	OBSERVADORES
Amadora	5	4
Azambuja	2	2
Cascais	8	7
Lisboa	28	23
Loures	5	4
Mafra	3	3
Odivelas	5	4
Oeiras	9	8
Sintra	8	6
Vila Franca de Xira	3	3

LISBOA AO	DELEGADOS	OBSERVADORES
Alenquer	2	1
Arruda dos Vinhos	1	1
Cadaval	2	1
Lourinhã	2	2
Sobral de Monte Agraço	1	1
Torres Vedras	2	2

PORTALEGRE	DELEGADOS	OBSERVADORES
Alter do Chão	0	1
Arronches	0	1
Avis	1	1
Campo Maior	0	1
Castelo de Vide	1	1
Crato	0	1
Elvas	1	1
Fronteira	1	1
Gavião	0	1
Marvão	1	1
Monforte	0	1
Nisa	1	1
Ponte de Sor	0	1
Portalegre	2	2
Sousel	1	1

PORTO	DELEGADOS	OBSERVADORES
Amarante	3	2
Baião	1	1
Felgueiras	3	3
Gondomar	8	7
Lousada	8	7
Maia	7	6
Marco de Canaveses	5	4
Matosinhos	4	3
Paços de Ferreira	2	2
Paredes	7	6
Penafiel	6	5
Porto	12	10
Póvoa de Varzim	3	3
Santo Tirso	3	2
Trofa	7	6
Valongo	4	4
Vila do Conde	5	4
Vila Nova de Gaia	13	11

SANTARÉM	DELEGADOS	OBSERVADORES
Abrantes	2	2
Alcanena	1	1
Almeirim	1	1
Alpiarça	0	1
Benavente	1	1
Cartaxo	2	2
Chamusca	2	1
Constância	0	1
Coruche	1	1
Entroncamento	2	2
Ferreira do Zêzere	1	1
Golegã	1	1
Mação	1	1
Rio Maior	2	2
Salvaterra de Magos	1	1
Santarém	6	5
Sardoal	1	1
Tomar	3	2
Torres Novas	2	2
Vila Nova da Barquinha	1	1
Vila Nova de Ourém	4	3

SETÚBAL	DELEGADOS	OBSERVADORES
Alcácer do Sal	0	1
Alcochete	2	2
Almada	3	2
Barreiro	3	2
Grândola	1	1
Moita	2	1
Montijo	2	2
Palmela	1	1
Santiago do Cacém	1	1
Seixal	2	2
Sesimbra	2	2
Setúbal	3	2
Sines	1	1

VIANA DO CASTELO	DELEGADOS	OBSERVADORES
Arcos de Valdevez	5	5
Caminha	2	1
Melgaço	1	1
Monção	2	1
Paredes de Coura	0	1
Ponte da Barca	2	2
Ponte de Lima	2	2
Valença	2	2
Viana do Castelo	6	5
Vila Nova de Cerveira	1	1

VILA REAL	DELEGADOS	OBSERVADORES
Alijó	2	2
Boticas	4	4
Chaves	4	3
Mesão Frio	1	1
Mondim de Basto	1	1
Montalegre	1	1
Murça	2	1
Peso da Régua	3	2

Ribeira de Pena	1	1
Sabrosa	1	1
Santa Marta de Penaguião	1	1
Valpaços	3	3
Vila Pouca de Aguiar	4	3
Vila Real	3	3

VISEU	DELEGADOS	OBSERVADORES
Armamar	1	1
Carregal do Sal	1	1
Castro Daire	1	1
Cinfães	2	1
Lamego	2	2
Mangualde	2	2
Moimenta da Beira	2	2
Mortágua	1	1
Nelas	1	1
Oliveira de Frades	2	2
Penalva do Castelo	1	1
Penedono	0	1
Resende	2	2
Santa Comba Dão	1	1
São João da Pesqueira	2	1
São Pedro do Sul	2	2
Sátão	1	1
Sernancelhe	2	2
Tabuaço	1	1
Tarouca	2	1
Tondela	2	2
Vila Nova de Paiva	0	1
Viseu	4	3
Vouzela	1	1

REGIÕES	SECÇÕES	POR SECÇÃO
Madeira	30	30
Açores	30	30
Europa	17	17
Fora da Europa	1	1